

Canal Energia – 30/06/2010

Proposta de alteração do Tratado de Itaipu será votada na próxima semana

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara vai votar proposta que triplica valores a serem pagos ao Paraguai pelo excedente de energia cedido ao Brasil

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A proposta de alteração no Tratado de Itaipu que triplica os valores a serem pagos ao Paraguai pelo excedente de energia cedido ao Brasil será votada na próxima quarta-feira, 7 de julho, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP).

Nesta quarta-feira, 30 de junho, foi realizada uma audiência pública conjunta das comissões de Minas e Energia e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre o aumento de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões dos repasses anuais feitos ao Paraguai. O diretor-geral da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, defendeu o projeto (PDC 2600/10) e lembrou que esse reajuste ainda não recompõe os valores que eram repassados ao país vizinho em 2003, antes da valorização do real frente ao dólar.

"O Tratado de Itaipu foi feito para ser cumprido e isso dá credibilidade internacional ao Brasil. Ajustes devem ser feitos. Nos interessa o crescimento de toda a região", disse o diretor. Segundo ele, os ajustes feitos anteriormente deram estabilidade para a dívida brasileira relacionada à hidrelétrica de Itaipu. Samek afirmou que essa dívida, antes considerada impagável, fechará 2010 em US\$ 17 bilhões e vai zerar em 2023, segundo prevê o Tratado.

O subsecretário-geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério de Relações Exteriores, embaixador Antônio Simões, disse que não é excessivo o reajuste previsto nos repasses do Brasil ao Paraguai pelo excedente de energia de itaipu. "É pouco para o Brasil, mas muito significativo para o Paraguai", disse o embaixador, que também participou de audiência pública.

Simões afirmou que o reajuste contribuirá para o equilíbrio nas relações do Brasil com o Paraguai e para a integração na América do Sul. "É preciso escolher o tipo de integração que se quer, se o da solidariedade do comércio da energia ou o dos laços do tráfico e do contrabando. Se é para haver integração, que seja a integração do bem, a integração social", destacou.

De opinião contrária, o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, criticou a proposta. Segundo ele, essa diferença de US\$ 240 milhões por ano, se aprovada, terá de ser paga pela população brasileira, já que o serviço de fornecimento de energia elétrica atende hoje 95% da população. Sales lembrou que várias concessões já foram dadas pelo Brasil ao Paraguai. "Em 2023, o Paraguai será dono de 50% de Itaipu, sem ter pago nada por isso. O Brasil assumiu 100% do financiamento", declarou.

Com informações da Agência Câmara